

decide:

1 — O artigo 8.º do anexo III ao Acordo é alterado como segue:

- a) O n.º «2400» constante do parágrafo 1, alínea b), é substituído pelo n.º «2750»;
- b) O n.º «165» constante do parágrafo 2, alínea a), é substituído pelo n.º «190»;
- c) O n.º «480» constante do parágrafo 2, alínea b), é substituído pelo n.º «550».

2 — Os contravalores referentes às moedas indicadas no apêndice 8 do anexo III são alterados como segue:

Xelim austriaco	17,940 7
Marco finlandês	5,137 67
Coroa islandesa	6,946 8
Coroa norueguesa	6,826 33
Escudo português	70,378 5
Peseta espanhola	103,786
Coroa sueca	5,837 59
Franco suíço	2,302 57

3 — A presente decisão entra em vigor em 15 de Junho de 1981.

4 — O Secretário-Geral da Associação Europeia de Comércio Livre depositará o texto da presente decisão junto do Governo da Suécia.

Aviso

Por ordem superior se torna público que o Comité Misto Portugal-CEE adoptou, em 20 de Julho de 1981, a Decisão n.º 2/81, cujo texto em português e francês acompanha o presente aviso.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 4 de Dezembro de 1981. — O Adjunto do Director-Geral, *Luis José de Oliveira Nunes*.

Decisão n.º 2/81 do Comité Misto de 20 de Julho de 1981

Alterando o Protocolo n.º 3 relativo à definição de produtos originários e aos métodos de cooperação administrativa de modo a tomar em consideração a modificação do método internacional de determinação do valor aduaneiro.

O Comité Misto:

Visto o Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República Portuguesa, assinado em Bruxelas em 22 de Julho de 1972;

Visto o protocolo n.º 3 relativo à definição de produtos originários e aos métodos de cooperação administrativa e, nomeadamente, o seu artigo 28.º;

Considerando que se deve alterar a nota explicativa n.º 6 deste Protocolo em consequência da adaptação do acordo relativo à entrada em vigor do artigo VII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, concluído em Genebra em 12 de Abril de 1979, que inclui um novo método internacional de determinação do valor aduaneiro;

decide:

ARTIGO 1.º

Na nota explicativa n.º 6 do Protocolo n.º 3 o segundo parágrafo é substituído pelo texto seguinte:

Por «valor aduaneiro» entende-se o valor determinado em conformidade com o acordo relativo à entrada em vigor do artigo VII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, concluído em Genebra em 12 de Abril de 1979.

ARTIGO 2.º

A presente Decisão entra em vigor em 1 de Janeiro de 1981.

Feito em Bruxelas em 20 de Julho de 1981. — Pelo Comité Misto, o Presidente, *Pierre Duchateau*.

Décision n.º 2/81 du Comité mixte du 20 juillet 1981

Modifiant le protocole n.º 3 relatif à la définition de la notion de produits originaires et aux méthodes de coopération administrative de façon à tenir compte de la modification de la méthode internationale de détermination de la valeur en douane.

Le Comité Mixte:

Vu l'Accord entre la Communauté économique européenne et la République portugaise, signé à Bruxelles le 22 juillet 1972;

Vu le protocole n.º 3 relatif à la définition de la notion de produits originaires et aux méthodes de coopération administrative, et notamment son article 28;

Considérant qu'il y a lieu de modifier la note explicative n.º 6 de ce protocole par suite de l'adoption de l'accord relatif à la mise en œuvre de l'article VII de l'Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce, établi à Genève le 12 avril 1979, qui comporte une nouvelle méthode internationale de détermination de la valeur en douane;

décide:

ARTICLE PREMIER

Dans la note explicative n.º 6 du protocole n.º 3, le deuxième alinéa est remplacé par le texte suivant:

Par «valeur en douane» on entend celle déterminée en conformité avec l'accord relatif à la mise en œuvre de l'article VII de l'Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce, établi à Genève le 12 avril 1979.

ARTICLE 2

La présente décision entre en vigueur le 1^{er} janvier 1981.

Fait à Bruxelles, le 20 juillet 1981. — Par le Comité mixte, le Président, *Pierre Duchateau*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES

Portaria n.º 111/82

de 26 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e das Universidades, nos termos do corpo do artigo 1.º do Decreto n.º 20 181,

de 7 de Agosto de 1931, e do n.º 1 dos artigos 5.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 412/80, de 27 de Setembro, criar no núcleo escolar de Friões, freguesia de Santo Tirso, concelho de Santo Tirso, 1 escola com 5 lugares em Foral, à qual é atribuído o n.º 3 (escola P3). As Escolas n.ºs 1 e 2 passam a ser constituídas por 4 e 5 lugares, respectivamente.

Ministério da Educação e das Universidades, 4 de Janeiro de 1982.—O Ministro da Educação e das Universidades, *Vítor Pereira Crespo*.

Gabinete do Ministro

Despacho Normativo n.º 6/82

Tendo em consideração que após a publicação do Decreto-Lei n.º 580/80, de 31 de Dezembro, entraram em funcionamento ou foram criadas, face à necessidade de aumentar as estruturas físicas de acolhimento dos alunos, novas escolas preparatórias e secundárias;

Considerando que importa, para efeitos de aplicação do disposto no citado Decreto-Lei n.º 580/80, integrar os referidos estabelecimentos de ensino nos círculos e zonas definidos por aquele diploma;

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 580/80:

Determino:

1 — As escolas preparatórias mencionadas no mapa n.º 1 anexo ao presente despacho integram-se nos círculos e zonas respectivamente indicados no mesmo mapa.

2 — As escolas secundárias mencionadas no mapa n.º 2 anexo ao presente despacho integram-se nos círculos e zonas respectivamente indicados no mesmo mapa.

3 — O disposto no presente despacho considera-se já aplicável ao concurso a realizar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 580/80, relativo ao ano escolar de 1982-1983.

Ministério da Educação e das Universidades, 5 de Janeiro de 1982.—O Ministro da Educação e das Universidades, *Vítor Pereira Crespo*.

Mapa n.º 1 anexo ao presente despacho normativo

Código	Tipo de escola	Zona	Distrito	Contratos plurianuais		Estabelecimento de ensino
				Zona	Círculo	
546	1	1	01	1	058	Paços de Brandão, Feira.
533	1	3	02	7	045	Aldeia Nova de São Bento, Serpa.
556	1	3	02	7	010	N.º 1, Beja.
503	1	1	03	1	032	Ribeirão, Vila Nova de Famalicão.
504	1	1	03	1	008	Forjães, Espoende.
534	1	1	03	1	011	Tadim, Braga.
537	1	1	03	1	032	Pevide, Guimarães.
547	1	1	03	1	008	Barcelinhos.
589	1	1	03	1	011	Braga.
590	1	1	03	1	032	Creixomil, Guimarães.
548	1	2	05	4	021	Paul, Covilhã.
539	1	2	06	3	029	Paião, Figueira da Foz.
562	1	2	06	3	029	Tocha.
591	1	2	06	3	006	Coja, Arganil.
542	1	2	10	3	013	Óbidos.
557	1	2	10	3	034	Maceira do Lis, Leiria.
510	1	3	11	6	070	Arruda dos Vinhos.
532	1	3	11	6	047	Falagueira, Oeiras.
535	1	3	11	6	022	Zambujal, Amadora.
540	1	3	11	6	040	Apelação, Loures.
543	1	3	11	6	047	Linda-a-Velha, Oeiras.
549	1	3	11	6	064	Montelavar, Sintra.
555	1	3	11	6	040	Prior Velho, Loures.
563	1	3	11	6	040	Ramada, Loures.
564	1	3	11	6	064	Queluz, Sintra.
565	1	3	11	6	022	Alfornelos, Amadora.
566	1	3	11	6	070	Maxial, Torres Vedras.
592	1	3	11	6	040	N.º 2, Loures.
538	1	1	13	1	073	Alfena, Valongo.
544	1	1	13	1	024	Canidelo, Vila Nova de Gaia.
550	1	1	13	1	048	Freamunde, Paços de Ferreira.
551	1	1	13	1	048	Rebordosa, Paredes.
531	1	2	14	5	069	Praia do Ribatejo, Vila Nova da Barquinha.
552	1	3	15	6	009	Quinta Nova da Telha, Barreiro.
553	1	3	15	6	004	Vale da Romcira, Seixal.
567	1	3	15	6	004	Monte da Caparica, Almada.
541	1	1	17	2	018	Carrazeda de Montenegro, Valpaços.
554	1	1	17	2	018	Vilarandelo, Valpaços.
536	1	2	18	4	077	Abravenses.